

Momento Nacional

– textos –
abril de 1999

3ª Semana Social Brasileira

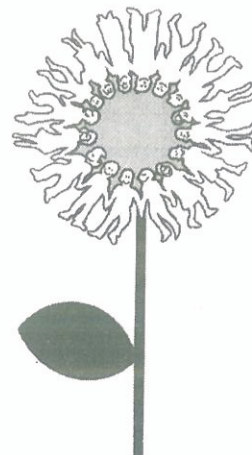
Momento Nacional

- textos -

abril de 1999

3ª Semana Social Brasileira

3ª Semana Social Brasileira
*Resgate das dívidas sociais:
Justiça e solidariedade na construção
de uma sociedade democrática.*



MOMENTO NACIONAL

- textos -

As Formas da Pobreza e da Dívida Social

Palestra proferida pelo Prof. Milton Santos,
por ocasião do Momento Nacional, agosto de 1998.

Brasília-DF, abril de 1999

SUMÁRIO

Apresentação	7
As Formas da Pobreza e da Dívida Social	9
<i>Três formas de pobreza</i>	<i>9</i>
<i>Competitividade, consumo, confusão dos espíritos</i>	<i>12</i>
<i>A competitividade, a ausência de compaixão</i>	<i>13</i>
<i>O consumo e seu despotismo</i>	<i>15</i>
<i>A informação totalitária</i>	<i>16</i>
<i>A violência estrutural e outras</i>	<i>19</i>
<i>A caminho de outro mundo</i>	<i>20</i>

3ª SEMANA SOCIAL BRASILEIRA
SECRETARIA NACIONAL
SE/Sul - Q 801 Conj. B — CEP 70401-900 — Brasília — DF
Fone/Fax: (061) 226-1744
e-mail: psocial@cnbb.org.br

CNBB (Serviços de Apoio)
SE/Sul - Q 801 Conj. B — CEP 70401-900 — Brasília — DF
Caixa Postal 02067 — CEP 70259-970 — Brasília — DF
Fone: (061) 225-2955 — Fax: (061) 225-4361

APRESENTAÇÃO

A conferência aqui publicada foi proferida pelo professor Milton Santos durante o Momento Nacional da 3ª Semana Social Brasileira, realizado em Itaici, município de Indaiatuba (SP), entre os dias 4 e 8 de agosto de 1998.

O Momento Nacional teve como objetivo recolher e partilhar as aquisições principais das 150 Semanas Sociais acontecidas em todo o Brasil e contou com a presença de 396 pessoas, representantes dessas Semanas. Os temas aprofundados foram, principalmente: a caracterização das dívidas sociais da sociedade brasileira, a compreensão das raízes mais determinantes dessas dívidas, o debate e a sistematização das principais perspectivas e compromissos para o resgate das dívidas sociais.

Milton Santos, professor do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, fez a primeira conferência do Momento Nacional traçando, de maneira sensível, profunda e didática, um amplo panorama da sociedade brasileira atual, com suas principais características e desafios. Esta conferência constitui um marco da 3ª Semana Social Brasileira, pois, aliando clareza científica e paixão humanista, nos estimulou a todos a pensar o Brasil e a nos comprometer com sua transformação.

Brasília, abril de 1999.

D. DEMÉTRIO VALENTINI
Bispo de Jales e Responsável
pelo Setor Pastoral Social da CNBB

As Formas da Pobreza e da Dívida Social

A expressão *dívida social* tem como sinônimo a produção da pobreza. As palavras, como as coisas, permanecem ao longo do tempo, mudando, porém, seu significado. O segredo da produção do conhecimento — e da produção do conhecimento como base da produção de uma política — está no encontro do significado das palavras segundo os tempos. Em outros termos, tal segredo está na compreensão do que é, em cada fase da História, o mundo que nos envolve.

Três formas de pobreza

Conheci pelo menos três formas de pobreza e, paralelamente, três formas de dívida social no último meio século. A primeira seria o que ousadamente chamaremos de *pobreza incluída*, uma pobreza acidental, às vezes residual, ou sazonal, produzida em certos momentos do ano, uma pobreza intersticial e, sobretudo, uma pobreza sem vasos comunicantes. Resultado da desadaptação local aos processos mais gerais de mudanças ou de uma inadaptação às condições naturais, era uma pobreza que se produzia em um lugar e que não se comunicava a outro lugar. As soluções para essa pobreza eram soluções geralmente privadas. Privadas e assistencialistas. Privadas, assistencialistas e locais. As Santas Casas de Misericórdia, por exemplo, constituem o exemplo mais peregrino desse tipo de assistência.

A pobreza era vista sobretudo como um acidente natural ou social, quando os processos de racionalização, que vão crescendo ao longo deste meio século, não estavam no comando da vida econômica, social, cultural e política da sociedade nacional.

Depois, chegamos a outra pobreza, reconhecida e estudada como uma doença da civilização. Então chamada de *marginalidade*, tal pobreza era produzida pelo processo econômico da divisão do trabalho internacional ou interna. Admitia-se que essa pobreza poderia ser corrigida, e a correção era buscada pelas mãos dos governos. Essa é a fase em que a Europa vê ampliar-se a social democracia, e, em países como o nosso, o Estado é forçado a encontrar fórmulas, saídas, arremedos de solução. Havia certa vergonha de não enfrentar a questão. O Estado do Bem-Estar Social, legítimo ou caricato, mostrava-se sensível ao problema da chamada marginalidade, que também vai dominar a literatura acadêmica e o discurso político.

Chegamos, enfim, ao terceiro tipo de pobreza, que é paralelo a um terceiro tipo de dívida social, isto é, a *pobreza estrutural*. Essa pobreza estrutural não é mais local, nem mesmo nacional; ela se torna globalizada, encontrada em toda parte do mundo. Há uma disseminação planetária da pobreza e uma produção globalizada da pobreza. Mas é também uma produção científica da pobreza. Já que se conhecem as regras de sua produção, pode-se pensar que esta é voluntária. Trata-se de uma produção voluntária da dívida social.

A divisão do trabalho era, até recentemente, algo mais ou menos espontâneo. Agora não. A divisão do trabalho obedece a cânones científicos e é movida por uma vontade forte que traz consigo a produção das dívidas sociais e a disseminação da pobreza numa escala global. Uma pobreza pervasiva, generalizada e, agora, permanente. Saímos de uma pobreza para entrar em outra. Deixa-se de ser pobre em um lugar para ser pobre em outro. Nas condições atuais, é uma pobreza quase sem remédio, trazida não apenas pela expansão do desemprego como também pela redução do valor do trabalho. É o caso,

por exemplo, dos Estados Unidos, apresentado como o país que resolveu um pouco menos mal a questão do desemprego, mas onde o valor médio do salário caiu. E essa queda do emprego não atinge igualmente toda a população, porque os negros continuam sem emprego, talvez numa situação pior que antes, e as populações de língua latina têm empregos que estão na base da escala salarial.

Todavia, essa produção da pobreza aparece como um fenômeno banal. Uma das grandes diferenças do ponto de vista ético é que a pobreza de agora surge, impõe-se e explica-se como algo natural e inevitável. Mas é uma pobreza produzida politicamente pelos governos globais. Estes, de um lado, pagam para criar soluções localizadas, parcializadas, segmentadas, como é o caso do Banco Mundial que, em diferentes partes do mundo, financia programas de atenção aos pobres, querendo passar a impressão de se interessar pelos desvalidos, quando, estruturalmente, é o grande produtor da pobreza. Atacam-se, funcionalmente, manifestações da pobreza, enquanto estruturalmente cria-se a pobreza no mundo. E isso se dá com a colaboração passiva ou ativa dos governos nacionais.

Vejam, então, a diferença entre o uso da palavra pobreza e da expressão dívida social nestes cinquenta anos. Por aí se vê que a questão capital é o entendimento do nosso tempo. É também por aí que vamos poder construir o discurso da libertação, a partir do discurso do entendimento — que é, primeiro, o discurso acadêmico e pode ser a base, depois, do discurso da política. E isso é central no mundo de hoje, um mundo em que nada de importante se faz sem discurso. O terrível neste mundo de hoje é que aumenta o número de letrados e diminui o número de intelectuais. Tais letrados, equivocadamente assimilados aos intelectuais, ou não pensam para encontrar a verdade ou, encontrando-a, não a dizem. Nesse caso, não se podem encontrar com o futuro e, por conseguinte, renegam a função principal da intelectualidade, isto é, o casamento permanente com o porvir por meio da busca incansada da verdade.

E tanto os pobres como aqueles que são o objeto da dívida social, os quais já foram *incluídos* e, depois, *marginalizados*, acabam por ser o que hoje são, isto é, os *excluídos*. Esta exclusão atual, esta produção de dívidas sociais e de pobreza obedecem a um processo racional, a uma racionalidade sem razão, a uma racionalidade que comanda as ações hegemônicas e arrasta as demais ações. Os excluídos são o fruto dessa racionalidade. Agora estamos diante da pobreza nacional e da dívida social nacional da ordem internacional. Elas aparecem como se fossem algo fixo, imutável, indeclinável, quando, como qualquer outra ordem, podem ser substituídas por uma ordem mais humana.

Competitividade, consumo, confusão dos espíritos

Esta é a apresentação geral do que tenho a discutir e pretendo fazê-lo em dois tempos. Um primeiro tempo mais forte e longo e um segundo tempo mais agudo, porém mais breve.

No primeiro tempo tentaremos compreender o mundo atual em seu discurso e perceber o que são as bases e o que é a realidade da violência estrutural, sob a qual vivemos. Fala-se hoje demais da violência, sobretudo apontando a violência dos pobres. Na realidade, os pobres violentos são apenas violentos funcionais, vítimas, também eles, da violência estrutural de que pouco se fala. A violência estrutural é o alicerce daquilo que chamarei de perversidade sistêmica de nosso tempo. Ambas são a base, o fundamento da produção da exclusão e das dívidas sociais e da aceitação dessas anomalias como se fossem naturais.

No segundo tempo, que será mais breve, falarei dos limites atuais desse discurso, limites que apontam para o fundamento de como sair da exclusão, mediante a produção de um novo discurso, levando à construção de um novo mundo. Nossa grande tarefa, hoje, é a elaboração desse novo discurso, capaz de desmitificar a com-

petitividade e o consumo e de atenuar, senão desmanchar, a confusão dos espíritos.

Eis a tônica de minha apresentação: a competitividade, o consumo e a confusão dos espíritos. A competitividade comanda nossa forma de ação. O consumo comanda nossa forma de inação. E a confusão dos espíritos impede nosso entendimento do mundo, do país, do lugar, da sociedade e de cada um de nós.

A competitividade, a ausência de compaixão

O mundo dos últimos cinco séculos assiste ao desenvolvimento e à expansão geográfica do capitalismo, em que a concorrência se estabelece como regra. Ao longo desses séculos, o capitalismo teve contrapesos. Agora, não mais. A competitividade toma o lugar da competição. A concorrência atual não é mais a velha concorrência, sobretudo porque chega eliminando toda forma de compaixão. A competitividade tem a guerra como norma. Há, a todo custo, que vencer o outro, esmagando-o para tomar seu lugar. O ano de 1998 foi emblemático, porque foi o ano das grandes concentrações, das grandes fusões, tanto no âmbito da produção como no das finanças e da informação. Esse movimento marca um ápice do sistema capitalista, mas é também indicador do seu fim, já que a identidade dos atores, até então mais ou menos visível, finalmente aparece aos olhos de todos.

Essa guerra como norma justifica toda forma de apelo à força a que assistimos em diversos países, apelo não dissimulado, utilizado para dirimir os conflitos e consequência dessa ética da competitividade que caracteriza nosso tempo.

Ora, é isso também que justifica os individualismos arrebatadores e possessivos: individualismos na vida econômica (a maneira pela qual as empresas batalham umas com as outras); individualis-

mos na ordem da política (a maneira pela qual os partidos freqüentemente abandonam a idéia de política para se tornarem simplesmente eleitores); individualismos na ordem do território (as cidades brigando umas com as outras, as regiões reclamando soluções particularistas). São individualismos arrebatadores e possessivos também na ordem social e individual, e acabam por constituir o outro como coisa. Essa constituição do outro como coisa, que justifica todo desrespeito às pessoas, é, afinal, uma das bases da sociabilidade atual. Aliás, a maneira pela qual as classes médias, no Brasil, se constituíram entroniza a lógica dos instrumentos em vez da lógica das finalidades e convoca os pragmatismos a se tornarem triunfantes.

Para tudo isso também contribuiu a perda de influência da filosofia na formulação das ciências sociais, cuja interdisciplinaridade acaba por buscar inspiração na economia. Daí o empobrecimento das ciências sociais e a conseqüente dificuldade para interpretar o que vai pelo mundo, já que a ciência econômica torna-se, cada vez mais, uma disciplina da administração das coisas a serviço de um sistema ideológico. É assim que se implantam novas concepções sobre o valor a atribuir a cada coisa, a cada indivíduo, a cada relação, a cada lugar, legitimando novas modalidades e novas regras da produção e do consumo; e novas formas financeiras e da contabilidade nacional. Esta, aliás, reduz-se a apenas um nome fantasia de algo que inexistente de fato, mas é tomado como parâmetro, isto é, a contabilidade global. Esta é uma das bases do sistema ideológico que comanda outros sistemas ideológicos, formando uma constelação que orienta e dirige tanto a produção da economia como a produção da vida. Essa nova lei do valor — que é uma lei ideológica do valor — é uma filha diletta da competitividade e acaba sendo responsável também pelo abandono da noção e do fato da solidariedade. Daí as fragmentações resultantes, a ampliação do desemprego. Daí o abandono da educação. Daí o desprezo à saúde. Daí o esquecimento da velhice. Daí todas as novas formas perversas de sociabilidade que se estão preparando neste país, para fazer dele — ainda mais — um país fragmentado, cujas diversas

parcelas serão convidadas a uma batalha sem quartel, umas contra as outras, para assegurar sua sobrevivência imediata sem preocupação com o vizinho, exceto se o exato entendimento do funcionamento das coisas for infundido às populações não somente como maneira de permitir a compreensão do que realmente somos, mas também como âncora, para mantermos a esperança.

O consumo e seu despotismo

Também o consumo muda de figura ao longo do tempo. Um dado essencial do entendimento do consumo é que a produção do consumidor, hoje, precede à produção dos bens e dos serviços. Primeiro produz-se o consumidor e depois se produzem os bens e serviços. Falava-se, antes, de autonomia da produção para dizer que uma empresa asseguraria a produção pelo fato de poder manipular a opinião por meio da publicidade. Nesse caso, o fato gerador do consumo seria a produção. Mas, atualmente, as empresas hegemônicas produzem o consumidor antes mesmo de produzir os produtos. Então, na cadeia causal, a chamada autonomia da produção cede lugar ao despotismo do consumo. Daí o império da informação e da publicidade. Tal remédio teria 1% de medicina e 99% de publicidade, mas todas as coisas no comércio acabam por ter essa composição: publicidade + materialidade; publicidade + serviços, e esse é o caso de tantas mercadorias cuja circulação é fundada numa propaganda insistente e, às vezes, enganosa. Há toda essa maneira de organizar o consumo para permitir, em seguida, a organização da produção. Tais operações podem ser simultâneas diante do tempo cronológico, mas, do ponto de vista da lógica, é a produção da informação e da publicidade que vem primeiro. Desse modo, vivemos cercados por esse sistema ideológico, tecido ao redor do consumo e da informação ideologizados que acabam sendo o motor de ações públicas e privadas. Ele é, ao mesmo tempo, fortíssimo e fragilíssimo. De um lado, é muito forte por sua

eficácia atual sobre a produção e o consumo. Mas, de outro, ele é muito fraco, muito débil, desde que encontremos a maneira de defini-lo como um dado de um sistema mais amplo. O consumo é o grande emoliente, produtor ou encorajador de imobilismos. Ele é também um veículo de narcisismos, por meio de seus estímulos estéticos, morais e sociais e aparece como o grande fundamentalismo de nosso tempo, porque alcança e envolve toda gente. Por isso, o entendimento, hoje, do que é o mundo passa pelo consumo e pela competitividade, ambos fundados no sistema da ideologia.

Consumismo e competitividade levam ao emagrecimento moral e intelectual da pessoa, à redução da personalidade e da visão do mundo, convidando, também, a esquecer a oposição fundamental que há entre a figura do consumidor e a figura do cidadão. É certo que, no Brasil, sentimos menos, ou quase nada, tal oposição, porque em nosso país jamais houve a figura do cidadão. As classes médias jamais quiseram ser cidadãos; os pobres jamais puderam ser cidadãos. As classes médias foram condicionadas a querer apenas privilégios, e não direitos. E isso é um dado essencial do entendimento do Brasil: como os partidos se organizam e funcionam; como se dá a política, como a sociedade se move. E aí também as camadas intelectuais têm responsabilidade, porque transladaram, sem maior imaginação e originalidade, a condição da classe média européia, lutando pela ampliação dos direitos econômicos, dos direitos sociais, para o caso brasileiro, atribuindo, assim, por equívoco, à classe média brasileira um papel de modernização e de progresso que, por sua própria constituição, ela não poderia ter.

A informação totalitária

Tudo isso se deve, em grande parte, ao fato de que este fim de século erigiu como dado, talvez central, o despotismo da informação. Esse despotismo da informação está, em certa medida, relacionado

com o próprio nível alcançado pelo desenvolvimento da técnica atual, tão necessitada de um discurso. Como hoje as atividades hegemônicas são, todas elas, fundadas nessa técnica, o discurso aparece como algo central na produção da existência de todos. Essa imprescindibilidade do discurso que antecede tudo, a começar pela própria técnica, a produção, o consumo e o poder, abre a porta à ideologia.

Antes, era comum discutir a respeito da oposição entre o que era real e o que não era; entre o erro e o acerto; o erro e a verdade; a essência e a aparência. Hoje, essa discussão talvez nem sequer tenha cabimento, porque a ideologia se torna real e está presente como realidade, sobretudo por meio dos objetos. Os objetos são coisas, são reais. Eles se apresentam diante de nós como um discurso que é ideológico e que nos convoca, malgrado nós, a uma forma de comportamento. Esse império dos objetos tem um papel relevante na produção desse novo homem apequenado que todos nós acabamos sendo. Em minha juventude, tínhamos ao redor de nós alguns objetos, os quais comandávamos. Hoje, meio século depois, há uma multidão de objetos, todos ou quase todos querendo nos comandar. Uma das grandes diferenças entre o mundo de cinquenta anos atrás e o mundo de agora é esse papel de comando atribuído aos objetos. E são objetos carregando uma ideologia que lhes é entregue pelos homens do *marketing* e do *design* a serviço do mercado, que nós podemos mudar também, desde que sejamos capazes de analisar e entender as situações. Os números são ilustrativos, mas em si mesmos nada significam. Nenhum número tem um papel explicativo *per se*. O importante é buscar a explicação. Esta pode parecer difícil porque vivemos um novo encantamento do mundo, visto como difícil de superar porque aparentemente inextricável. Mas uma dificuldade não é uma impossibilidade. A dificuldade é própria de nossa existência, mas pode ser ultrapassada.

Quando os tempos mudam, o exercício de entender o que chega exige de nós a disposição de enfrentar aquilo que não só não conhecemos como também não imaginávamos que pudesse ocorrer, com

a vontade de produzir uma análise salvadora. É a partir da análise correta que vamos poder construir o discurso da política. A política que não é construída sobre um discurso analítico do mundo e da sociedade não chegará a ser verdadeira, destinando apenas, como no caso das empresas, a formular prescrições orientadas para interesses privatísticos, como também podem ser os interesses de grupos, de bairro, de região, de lugar. Assim, podem temporariamente ser resolvidos alguns problemas, mas sem modificações fundamentais, isto é, de estrutura.

Então, nossa tarefa essencial é, pois, cabalmente entender o que é o mundo, o que é o lugar, o que é a nação, o que somos como indivíduos, para em seguida podermos agir como esse ser político que, mais ou menos, hoje ou amanhã, cada um de nós acaba por se tornar. É dessa forma que esse novo encantamento do mundo obterá decifração para que, então, possamos agir conscientemente. Percepções fragmentárias facilitam a imposição do discurso único do mundo, cuja superação depende da busca de um entendimento mais amplo. Tal entendimento passa, também, pela compreensão do que é essa violência estrutural com a qual fomos condenados a conviver e que é, em parte, originária da nova noção de riqueza.

O que é, hoje, um país rico? Como se mede atualmente a riqueza de um país? Qual é o fundamento dessa medida? O entendimento da violência estrutural passa pelo entendimento tanto do papel do consumo na vida individual como na vida nacional e internacional. A questão da dívida internacional dos países pode, por exemplo, ser estudada por meio do processo de produção da violência e das formas de consumo na vida internacional. O consumo das armas, do próprio capital, do saber... e o da dívida externa podem ser estudados a partir do esquema que conduz à produção, agora acelerada, da violência estrutural, situação em que o dinheiro sem medida acaba sendo a medida. É por meio da violência estrutural que se dá a produção ideológica dos novos dinheiros.

A noção de mercado global é, também, tributária da idéia de violência estrutural mediante a acumulação em si mesma como meta. Daí a justificação do desemprego, explicado de modo simplista pelo progresso técnico e pela necessidade de as empresas se tornarem competitivas.

A competitividade é, aliás, incluída no vocabulário dos discursos nacionais como se os países fossem eles próprios competitivos, quando esse não é um atributo dos países, mas, exclusivamente, das empresas.

A violência estrutural e outras

A violência estrutural não é suficientemente reconhecida como a violência central original. Por isso, acabamos condenando apenas as violências periféricas particulares, que são funcionais e conseqüência da violência estrutural. A idéia de que o desemprego é o resultado de um jogo simplório entre formas técnicas e decisões microeconômicas das empresas é uma simplificação originada dessa confusão, como se a Nação não devesse solidariedade a cada um de seus membros. O abandono da idéia de solidariedade está por trás desse entendimento da economia e conduz ao desamparo em que vivemos hoje. Jamais houve na história um período em que o medo fosse tão generalizado e alcançasse todas as áreas de nossa vida: medo do desemprego, medo da fome, medo da violência, medo do outro. Tal medo se espalha e aprofunda a partir de uma violência difusa, mas estrutural, típica de nosso tempo, cujo entendimento é indispensável para compreender, de maneira mais adequada, questões como a dívida social.

Tudo isso tem relação, a meu ver, com a competitividade que se dá, hoje, em estado puro. Competir em todos os planos tornou-se a regra. Daí o triunfo da ideologia da competitividade e a produção de novos valores na vida social. Essa nova ética conduz ao louvor do po-

der em estado puro, um corolário da necessidade de uso da força, em conjunto com a ausência de um *telos*. As coisas são feitas sem uma finalidade e sobretudo com a desnecessidade de responsabilidade social. O outro, a coletividade, a humanidade não importam. É por isso que o mundo de hoje quase não enxerga a reaparição do totalitarismo, com sua nova cara que é o globalitarismo, resultado de uma globalização totalitária. Esse é um aspecto que não podemos deixar de levar em conta, pois é a marca da ausência de debate público. Os próprios homens de Estado, dos quais um dos deveres é o exercício pedagógico da palavra, preferem uma posição totalitária quando se dirigem à Nação, não propriamente para explicar suas decisões, mas para criticar este ou aquele que não esteja de acordo com seus pontos de vista.

Vivemos também em um mundo no qual passamos da velha perversidade isolada, reconhecida, aqui e ali, como uma distorção da personalidade, à perversidade sistêmica. As perversidades se dão hoje como sistema, uma arrastando a outra. Veja-se a cantilena: “O Brasil precisa exportar; precisa exportar para pagar a dívida; precisa exportar para não ter déficit externo; precisando exportar tem de se preocupar *carinhosamente* com as empresas suscetíveis de exportar...” E para ajudar *carinhosamente* essas empresas que precisam exportar, deve ajudá-las a melhorar seus níveis de competitividade, isto é, pôr para fora os trabalhadores, rebaixar seus salários ou não pagar impostos... com o que a Nação fica sem dinheiro para cuidar dos doentes, oferecer educação, assegurar uma condição de vida melhor... Uma perversidade arrastando outra. Esse sistema da perversidade é próprio de nosso tempo. Todavia, ele se apresenta com mais força em países como o nosso, tornados países fáceis, isto é, onde o exercício da política se descaracterizou, em tempos de globalização.

A caminho de outro mundo

No Brasil, a política genuína praticamente morreu. Quem aqui faz política? De um lado as grandes empresas. Elas já chegam dizen-

do: vocês têm de nos dar tantos milhões para nos instalar, vocês têm de melhorar esta área, vocês têm de criar estradas para que possamos escoar nossos produtos, vocês têm de aceitar uma flexibilização do emprego e não sei mais o quê, vocês têm de reduzir nossos impostos... Então as empresas acabam tendo influência na equação do emprego na área, na maneira pela qual a produção de outras empresas se dá, na forma como o orçamento público vai ser utilizado. Por conseguinte, são elas que fazem a política.

Felizmente, os pobres também fazem política no Brasil. Quer dizer, a Nação de baixo faz política. A Nação de cima apenas segue. Por falta de meios, a Nação de baixo tem dificuldade para acompanhar a globalização e a maior parte dos pobres nem sequer pode entrar na modernidade. É o feitiço virando contra o feiticeiro. Os pobres se comunicam entre si; eles não são apenas informados, como nas classes abastadas e médias, pragmáticas e verticalizadas. Eles se comunicam na emoção, enquanto as camadas superiores reproduzem uma razão ensinada, com apenas alguns passeios breves, fugitivos da emoção. Em virtude de sua permanente privação, os pobres não têm repouso intelectual e são, cada dia, obrigados a esse trabalho de descoberta do novo que acompanha sua própria sobrevivência. Por conseguinte, pelo simples fato de existirem, eles reinterpretem o mundo, ainda que de modo fragmentário ou parcial, exigindo que se estabeleçam as pontes entre suas visões locais e a realidade total, de modo que seu conhecimento seja íntegro.

Vivemos, sem dúvida, uma globalização perversa, mas nem tudo está perdido. A grande lição destes tempos se completará quando soubermos onde estão as fontes da descoberta de outros caminhos e tivermos a força de escapar às interpretações muito próximas dos objetos e a disposição de alçar vôo para entendê-las dentro de um contexto maior. A verdadeira política somente existe a partir de contextos maiores.

... e a possibilidade de uma intervenção mais direta da comunidade internacional, especialmente a Organização das Nações Unidas, para garantir a paz e a estabilidade na região. O Brasil, sempre comprometido com a manutenção da paz e da democracia no mundo, apoia essas iniciativas e espera que possam contribuir para a resolução pacífica dos conflitos e para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

... e a possibilidade de uma intervenção mais direta da comunidade internacional, especialmente a Organização das Nações Unidas, para garantir a paz e a estabilidade na região. O Brasil, sempre comprometido com a manutenção da paz e da democracia no mundo, apoia essas iniciativas e espera que possam contribuir para a resolução pacífica dos conflitos e para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

... e a possibilidade de uma intervenção mais direta da comunidade internacional, especialmente a Organização das Nações Unidas, para garantir a paz e a estabilidade na região. O Brasil, sempre comprometido com a manutenção da paz e da democracia no mundo, apoia essas iniciativas e espera que possam contribuir para a resolução pacífica dos conflitos e para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

... e a possibilidade de uma intervenção mais direta da comunidade internacional, especialmente a Organização das Nações Unidas, para garantir a paz e a estabilidade na região. O Brasil, sempre comprometido com a manutenção da paz e da democracia no mundo, apoia essas iniciativas e espera que possam contribuir para a resolução pacífica dos conflitos e para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

